

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.229 - PR (2015/0304994-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : ADAO ALVES MARTINS**  
**RECORRENTE : ALAIDE PEDRA LOURENÇO**  
**RECORRENTE : ANTONIO LOPES DE ALMEIDA**  
**RECORRENTE : BERDENEGRO RODRIGUES**  
**RECORRENTE : JOAO LUIZ ARZENÓ DA SILVA**  
**RECORRENTE : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA**  
**RECORRENTE : MARGARETH VOLACO FERRÃO**  
**RECORRENTE : MARIA DE LOURDES ALVES PEDRA**  
**RECORRENTE : MARIA HELENA ALVES DE MAIA MAIER**  
**RECORRENTE : PAULO SEBASTIÃO FERREIRA**  
**RECORRENTE : ROSÂNGELA BORGES GIUBLIN**  
**RECORRENTE : VALMIR ORTIZ DA SILVA**  
**ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) -**  
**PR019095**  
**JOAO LUIZ ARZENÓ DA SILVA - PR023510**  
**RECORRIDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **ADÃO ALVES MARTINS** **E OUTROS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 664/665e):

**ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 3,17%. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. VANTAGENS PESSOAIS. LIMITAÇÃO TEMPORAL. TAXA DE JUROS. HONORÁRIOS. PREQUESTIONAMENTO.**

- 1. O reajuste de 3,17% não detém natureza de vantagem, mas sim de diferença ocasionada pela equivocada aplicação da Lei nº 8.880/94 pela Administração Pública. Assim, a partir do momento em que concedido reajuste no percentual devido com a reestruturação da carreira, a diferença entre o reajuste devido e o efetivamente concedido fica absorvida pelos novos patamares remuneratórios.*
- 2. A limitação temporal do reajuste em comento não representa ofensa à coisa julgada, posto tratar-se de relações de trato sucessivo, estabelecidas entre servidores e Administração.*
- 3. A Lei nº 10.331/01, que cuida de revisão geral de vencimentos, e a Lei nº 9.030/95, que fixa a remuneração de cargos em comissão e de natureza especial e das funções de direção, chefia e assessoramento, não*

*reestruturaram ou reorganizaram carreiras. Assim, não constituem termo para fins de incidência do resíduo de 3,17%.*

*4. Considerando a exceção expressa no art. 10 da MP nº 2.225-45/2001, a qual afasta a limitação temporal sobre as parcelas incorporadas até 12/1994, necessária a implementação do reajuste sobre as rubricas relativas a parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994.*

*5. Nas condenações da Fazenda Pública os juros de mora foram reduzidos para 0,5% ao mês a contar da edição da MP nº 2.180-35/2001.*

*6. Tendo os litigantes decaído em partes aproximadamente iguais, correta a sentença que determinou a compensação dos honorários de sucumbência.*

*7. Embora não tenha ocorrido ofensa aos dispositivos legais e constitucionais mencionados pela parte, dá-se por prequestionada a matéria para evitar embargos de declaração.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, apenas para fins de prequestionamento (fls. 709/712e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

Art. 535, I e II, do Código de Processo Civil - "verificou-se a existência de obscuridade, omissão e julgamento *extra petita* na medida em que o E. TRF4 deixou de sanar a obscuridade relativa à (i) legitimidade do Sindicato para atuar como substituto processual para as servidoras MARIA HELENA ALVES DE MAIA MAIER E MARGARETH VOLACO FERRÃO; (ii) limitação do reajuste de 3,17% a agosto de 1998 quanto à rubrica 107/330 para o servidor ADÃO ALVES MARTINS; (iii) manutenção do afastamento da incidência de reajuste dos 3,17% sobre as funções comissionadas, gratificadas, respectivas incorporações e demais vantagens pessoais (rubrica 702/723/852/901/82106 - servidora Rosângela Borges Giublin); (iv) violação à coisa julgada prevista no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal no que se refere à limitação dos 3,17% para a rubrica 107/330 a agosto de 1998 para o servidor ADÃO ALVES MARTINS, em razão da revisão geral de vencimentos implementada por meio da Lei nº 8.827/93, bem, como à reestruturação da carreira dos servidores, implementada por meio da Lei nº 10.483/ 2002, sobre a rubrica 702/723/852/901/82106, paga a Rosângela Borges Giublin; (v) indevida limitação à suposta reestruturação de carreira implementada pela MP nº 2.225-45/2001; (vi) manutenção do entendimento acerca da

sucumbência recíproca, na medida em que houve decaimento em proporção mínima dos servidores, se comparado com a sucumbência da FUNASA, devendo esta arcar integralmente com as custas e honorários advocatícios, conforme dispõe o parágrafo único do art. 21 do CPC" (fl. 746e);

II. Art. 240 da Lei n. 8.112/1990 - "não se pode admitir que as ora Recorrentes MARIA HELENA ALVES DE MAIA MAIER e MARGARETH VOLACO FERRÃO sejam excluídas da execução de sentença, impedindo-a de usufruir direito reconhecido à categoria a qual pertence a referida servidora, em razão de seu nome não constar na lista de substituídos anexada aos autos da ação ordinária" (fl. 753e); e

III. Arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil - Violação à coisa julgada, "isso porque, quando das definições dos parâmetros para a execução de sentença, o sindicato autor interpôs agravo de instrumento nº 2004.04.01.023614-9, junto ao TRF da 4ª Região, ao qual foi dado provimento, reconhecendo-se a legitimidade de todos os integrantes da categoria representada pelo SINDPREVS/PR, transitando em julgado em 22/08/2008, incluído, por consequência, as ora Recorrentes MARIA HELENA ALVES DE MAIA MAIER e MARGARETH VOLACO FERRÃO" (fl. 753e), e também que, "não há como negar que, no título executivo judicial, foi reconhecido integralmente o direito dos Recorentes ao recebimento do reajuste de 3,17% previsto no mês de janeiro de 1995, condenando-se a FUNASA ao pagamento das diferenças vencimentais devidas nos meses de janeiro de 1995 e subsequentes e à incorporação do reajuste" (fl. 757e).

Com contrarrazões (fls. 824/830e), o recurso foi admitido (fl. 868e)

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente

inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Os Recorrentes sustentam a existência de contradição e omissão no acórdão recorrido não sanada no julgamento dos embargos de declaração, quanto "a questão referente à extensão da legitimidade para executar o julgado a todos os integrantes da categoria representada pelo Sindicato Autor da ação ordinária coletiva reconheceu a legitimidade de todos os servidores da categoria, com o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento nº 2004.04.01.023614-9, interposto pelo Sindicato em face da decisão proferida na ação ordinária, por meio da qual restringiu-se a execução do julgado aos 1.123 substituídos constantes da lista que instruiu a petição inicial. Cabe ressaltar que a Colenda 3ª Turma desse Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu provimento ao referido agravo, no acórdão proferido em 13/03/2007 e publicado em 02/05/2007 (decisão anexa), reconhecendo a legitimidade de todos os servidores da categoria. Em face desse acórdão, a FUNASA opôs embargos de declaração, que foram desprovidos e, na sequência, interpôs recurso extraordinário, o qual não foi admitido por estar em confronto com o entendimento sedimentado no Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica no extrato processual e decisão colacionados ao Agravo de Instrumento. Assim, com o trânsito em julgado da decisão do agravo de instrumento nº 2004.04.01.023614-9, impõe-se o reconhecimento da legitimidade de todos os integrantes da categoria representada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná – SINDPREVS, incluído as Recorrentes MARIA HELENA ALVES DE MAIA MAIER e MARGARETH VOLACO FERRÃO (fls. 748/749e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos (fls. 653/663e):

*Anoto, primeiramente, que não prospera a pretensão da parte embargada quando quer ver reconhecida a legitimidade para execução do Sindicato em substituição às servidoras Maria Helena Alves de Maia Maier e Margareth Volaco Ferrão.*

*A propósito, sobre a questão, assim manifestou-se a r. sentença recorrida, do que faço minhas próprias razões de decidir:*

*1. Em sua peça de impugnação, os embargados defendem a legitimidade de Margareth Volaco Ferrão e Maria*

*Helena Alves de Maia Maier como exequentes, em que se pese a ausência de alegação em sentido oposto pela embargante.*

*Destarte, sendo dado ao juiz conhecer desta matéria de ofício, observa-se que a sentença exequenda de primeiro grau foi expressa em dizer que o reajuste deveria ser aplicado aos substituídos da autora, conforme 'relação de fls. 56-94'. Neste sentido, infere-se que as exequentes supramencionadas não estão constantes na listagem de beneficiados ao qual a sentença exequenda faz menção (fls. 311/350 dos autos apensos), de forma a tornar ilegítima sua pretensão como exequentes neste feito.*

*É que no caso concreto, havendo decisão não atacada por apelação acerca dos limites subjetivos da sentença que limitou seus efeitos aos substituídos relacionados no processo de conhecimento, passa a ser inviável, sob pena de ofensa ao princípio da coisa julgada, o conhecimento, como legítima, de pretensão de exequentes não constantes na mencionada listagem.*

*Nesta senda, reconheço a ausência de título, indeferindo, neste particular, a inicial por ausência de título hábil, no que se refere às exequentes Margareth Volaco Ferrão e Maria Helena Alves de Maia Maier.*

*Acrescento que, embora a jurisprudência desta Corte e também dos tribunais superiores venham reconhecendo a ampla legitimação dos sindicatos para substituir/representar a respectiva categoria, no caso concreto o próprio Sindicato optou por limitar sua representatividade à relação que anexou à inicial, não tendo corrigido o lapso antes do trânsito em julgado da ação, de modo que é inviável pretender acrescentar apenas na fase de execução os membros da categoria eventualmente esquecidos.*

*No que se refere às limitações ao reajuste de 3,17%, aproveito-me, mais uma vez da bem lançada sentença da lavra do Eminentíssimo Juiz Federal Nicolau Konkel Junior:*

*2. Da limitação à pretensão do percentual de 3,17% a dezembro de 2001 e do exame das rubricas apontadas nos autos executivos No que pertine a insurgência da embargante acerca da ausência de limitação da pretensão a dezembro de 2001, observe-se das planilhas de cálculos colacionadas aos autos de execução de sentença (fls. 386/410), que os cálculos estão limitados a dezembro de 2001 para parte dos servidores exequentes, não procedendo a insatisfação da embargante em relação a eles.*

*O que se denota da análise dos autos de execução, em especial os cálculos supramencionados e as fichas*

*financeiras que acompanharam a inicial, é que foi postulada a incorporação do índice de 3,17%, após dezembro/2001, apenas em relação às rubricas citadas abaixo, as quais, segundo alega a parte embargada, não teriam sido integralizadas na implantação do reajuste ocorrido em dezembro de 2.001:*

- 107/330 quanto ao servidor Adão Alves Martins;*
- 175 quanto às servidoras Alaíde Pedra Lourenço e Maria de Lourdes Alves Pedra;*
- 490/549, 492/602/802 e 702/723/852/901/82106 quanto à servidora Rosângela Borges Giublin.*

*Tendo em vista tais argumentos, faz-se necessário o enfrentamento da questão acima mencionada.*

*Rubricas 107/330 (exequente Adão Alves Martins) Inicialmente, cumpre esclarecer que a rubrica 107/330 constitui verba pessoal instituída pela Lei sob nº 8270/91, em seu art. 17, em substituição a outras gratificações que eram devidas em razão do lugar em que o servidor estava lotado, ou ainda em razão da natureza do serviço por ele prestado. Somente por esse motivo é que se diz que eram transitórias, já que uma vez fosse transferido o servidor para uma região em que ela não era devida ou que deixasse ele de prestar certo tipo de atividade, deixaria de percebê-las:*

*(...)*

*E esta verba pessoal foi objeto de conversão em VPT (Verba Pessoal Transitória) conforme art. 2º da Medida Provisória nº 1.573-7/97, cumprindo esclarecer que a própria Lei nº 8.880/94 dispunha que o reajuste incidiria 'sobre os valores das tabelas de vencimento, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores públicos civis e militares da União'. Portanto, a incidência sobre a Verba Pessoal Transitória decorre dessa medida provisória (atual Lei nº 9.527/97).*

*Ora, se a mencionada Verba Pessoal Transitória era calculada com base no valor do vencimento do servidor, e se este estava defasado, também sobre ela incide a correção dos 3,17% pleiteada na execução de pagar. Isso porque se sobre o vencimento básico incidiu reajuste menor que o devido, também as gratificações, depois convertidas em VPNI's, foram convertidas com valor inferior ao que lhes era de direito.*

*Fica evidente, portanto, que sobre a VPT (rubrica 107/330) também incide o reajuste de 3,17%, conforme exposto acima. E se a Medida Provisória nº 2.225/01 não a alcançou, os efeitos do índice de 3,17% devem ultrapassar a data de sua edição (dezembro de 2001).*

*Tanto é assim que a própria FUNASA, em inúmeros processos que tramitam nesta escrivania, reconheceu a pertinência desta integralização, ressaltando, contudo, a limitação de pagamento para o mês de março de 2.002, à luz da criação da Carreira da Seguridade Social, advinda com a Lei nº 10.483/02.*

*Assim, como a conversão da VPT em VPNI é posterior à Lei 8880/94 - tendo ocorrido, como dito, por intermédio do art. 2º da Medida Provisória nº 1.573-7/97, convertida na Lei nº 9.527/97 -, cabe saber se, atualmente, ainda persiste a obrigatoriedade de sua integralização pelo percentual de 3,17%, tendo em vista a nova situação funcional advinda da Lei 10483/02, que dispõe sobre a estruturação da carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da administração pública federal, a qual o exequente Adão Alves Martins aderiu.*

*Com efeito, as VPNI's (Verbas Pessoais Nominalmente Identificadas), são valores pagos ao servidor em razão da extinção de alguma vantagem ou gratificação, ou de reestruturação de carreira de modo a assegurar a irredutibilidade de vencimentos.*

*No que se refere à rubrica ora em debate, novamente ressalta-se que sua conversão de VPT para VPNI se deu através da Lei 9527/97, art. 2º, in verbis:*

*(...)*

*O que se vê, portanto, é que a rubrica em comento constitui de conversão de verba pessoal transitória para VPNI, merecendo, portanto, correção pelo percentual de 3,17%, consoante postulado pelo exequente, porque sofreria reflexos do vencimento básico, contudo podendo ocorrer a sua extinção, conforme dispõe o art. 10 da MP nº 2225-45:*

*(...)*

*No entanto, analisando os contracheques do exequente Adão Alves Martins, com destaque para a fl. 27, verifica-se que houve a recomposição do percentual de 3,17% sobre a rubrica 107/330 no mês de agosto/1998, pois teve um aumento superior a referido percentual. Tanto é assim, que no mês de julho/1998 o valor de tal rubrica era de R\$ 92,97, e no mês de agosto/1998 passou a ser paga no valor de R\$ 107,67.*

*Embora não se saiba explicar exatamente a razão de uma verba transitória receber reajuste positivo, sendo que sua tendência é ser extinta, o fato é que ela teve reajuste, inclusive também em mais dois momentos posteriores: janeiro/2002 e julho/2003. Mas independentemente disso, sem que se ingresse na análise de eventuais equívocos sobre o pagamento dessa VPT pela Administração*

*Pública, como a rubrica foi extinta em maio/1997, quando transformada em VPT, desvinculou-se da remuneração, e com a integralização acima mencionada, referido exequente não tem direito a receber mais nada sobre essa rubrica após agosto/1998.*

*Mesmo se assim não tivesse acontecido, com a reestruturação da carreira ocorrida em outubro de 2.002, com efeitos retroativos para abril de 2.002, por intermédio da Lei nº 10.483/02, verificar-se-ia a extinção da rubrica, desconstituindo o embasamento para a continuidade do recebimento da VPNI em questão.*

*Especificamente quanto ao mencionado credor, nota-se do exame de suas fichas-financeiras ser inconteste a recomposição na implantação da nova ordem remuneratória para a novel carreira. Tanto é assim que a remuneração total do credor no ano de 2001 (excetuados os meses de percepção de gratificação natalina e adicional de férias e observadas as oscilações referentes à rubrica nº 559), não ultrapassava o montante de R\$ 1.705,49, somadas as rubricas que a compunham, e a partir de julho de 2003 a remuneração do servidor passou a girar em torno de R\$ 2.109,67 (observadas as oscilações referentes aos meses em que realizados os pagamentos do adicional de férias e gratificação natalina).*

*Com efeito, não há dúvidas no sentido de que restaram suplantadas em definitivo as perdas salariais decorrentes das diferenças na conversão da URV com a reestruturação da carreira.*

*Assim, conforme acima exposto, no que diz respeito ao credor Adão Alves Martins, houve a total integralização do percentual de 3,17% sobre a remuneração do cargo em agosto de 1998, tendo em vista o reajuste positivo ocorrido na rubrica 107/330. Logo, o referido exequente não faz jus ao pagamento das diferenças relativas ao referido percentual em relação à rubrica 107/330 quanto ao período posterior a agosto/1998.*

*Rubricas 175 (exequentes Alaíde Pedra Lourenço e Maria de Lourdes Alves Pedra) e 549/490 e 492/602/802 (exequente Rosângela Borges Giublin) Primeiramente, cumpre esclarecer que a rubrica 175 reporta-se à diferença de vencimentos assegurada como vantagem pessoal, nominalmente identificada, conforme art. 13 da Lei nº 8216/91 - aposentado, e as rubricas 490/549 reportam-se a diferença de vencimentos assegurada como vantagem pessoal nominal conforme art. 7º da Lei nº 8270/91, devendo se sujeitar aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos que a remuneração para o cargo.*



*Quanto à rubrica 492/602/802, esta constitui a GAE (Gratificação de Atividade Executiva) incidente sobre a diferença de vencimentos reportada pelas rubricas 549/490, sendo calculada levando-se em conta o valor percebido pelo servidor como remuneração para seu cargo.*

*Destaque-se que a diferença de vencimentos, ou seja, as vantagens pessoais identificadas sob as rubricas 175 e 549/490, foram instituídas anteriormente ao ano de 1995, de modo que não se pode aplicar a tais vantagens o raciocínio pertinente às VPNI's constituídas a partir de dezembro de 1994, a teor do art. 10 da MP nº 2225-45.*

*Conclui-se, destarte, como rubricas cujo cálculo incidiu sobre o valor da remuneração do cargo, ser incontestado o direito à integralização do percentual de 3,17%, até que recomposto o valor concernente ao cargo.*

*Contudo, mesmo tendo havido a integralização do percentual de 3,17% sobre a remuneração do cargo em janeiro de 2001, tendo em vista o advento da MP nº 2.225/01, o mesmo não foi observado relativamente às rubricas 175, 549/490 e 492/602/802 para as credoras em estudo.*

*Frise-se que em janeiro de 2002 houve a aplicação do percentual de 3,5% a título de reajuste geral para os servidores da FUNASA, havendo a recomposição, ademais, das perdas pertinentes à URV (3,17%), tanto que a remuneração básica das servidoras passou de R\$ 358,96 para R\$ 383,29 para Alaíde Pedra Lourenço, de R\$ 358,96 para R\$ 383,29 para Maria de Lourdes Alves Pedra e de R\$ 524,30 para R\$ 559,85 para Rosângela Borges Giublin, com acréscimo correspondente a 3,5% + 3,17%.*

*Por outro lado, quanto às rubricas 175, 549/490 e 492/602/802, houve a aplicação em janeiro de 2002 apenas do reajuste geral correspondente a 3,5%.*

*Em relação às credoras Alaíde Pedra Lourenço e Maria de Lourdes Alves Pedra, estas percebiam em dezembro de 2001, conforme consulta aos autos de execução em apenso, o valor de R\$ 6,43 (fl. 61) e R\$ 3,60 (fl. 171), respectivamente, para a rubrica 175, passando a perceber em janeiro de 2002, R\$ 6,65 (fl. 62) e R\$ 3,72 (fl. 172), respectivamente.*

*Respeitante à credora Rosângela Borges Giublin, esta percebia em dezembro de 2001 o valor de R\$ 218,99 para a rubrica 549/490 e R\$ 350,38 para a rubrica 492/602/802 (fl. 271), passando a perceber em janeiro de 2002, respectivamente, R\$ 226,65 e R\$ 362,64 (fl. 272).*

*Com efeito, houve a aplicação somente do percentual de*

3,5% pertinente ao reajuste geral, não incidindo os 3,17% atinentes às diferenças de URV, notando-se que sequencialmente os valores das rubricas em discussão sofreram apenas os mesmos reajustes aplicados por conta da reestruturação da carreira, subsistindo a defasagem dos 3,17% até a presente data.

Neste diapasão, conforme acima referido, houve a total integralização do percentual de 3,17% sobre a remuneração do cargo em janeiro de 2001, tendo em vista o advento da MP nº 2225/01. Ocorre que, com relação às rubricas referentes à diferença de vencimentos e GAE houve a aplicação em janeiro de 2002 apenas do reajuste geral correspondente a 3,5%, não tendo havido a incidência do percentual de 3,17% discutido nestes autos.

Logo, as referidas credoras fazem jus ao pagamento das diferenças relativas ao referido percentual inclusive quanto ao período posterior a dez/2001.

Rubricas 702/723/852/901/82106 (exequente Rosângela Borges Giublin) As rubricas 702, 723, 852, 901 e 82106 são remunerações concernentes a 'funções gratificadas' e 'vantagem pessoal', no caso específico vantagens resultantes da transformação dos quintos e décimos pelas funções gratificadas incorporadas para a credora.

Destaque-se que estas foram sofrendo alterações em sua denominação, havendo a extinção das rubricas originárias com o advento da MP nº 831/95, da Lei nº 9.527/97 (art. 15, § 1º) e Lei nº 8.112/90 (art. 62-A). Outrossim, em substituição às aludidas vantagens, para assegurar a irredutibilidade de vencimentos, criou-se, por fim, a então denominada VPNI (Verba Pessoal Nominalmente Identificada).

Com efeito, as VPNI's (Verbas Pessoais Nominalmente Identificadas), são valores pagos ao servidor em razão da extinção de alguma vantagem ou gratificação, ou de reestruturação de carreira de modo a assegurar a irredutibilidade de vencimentos, conforme se extrai dos dispositivos mencionados:

Medida Provisória nº 831/95:

(...)

O que se vê, portanto, é que se as mencionadas VPNI's são mera conversão das antigas incorporações da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial, merecendo, a princípio, correção pelo percentual de 3,17%, consoante postulado pela exequente na execução, porque sofreriam reflexos do vencimento básico.

Todavia, é de sabença a nova situação funcional trazida

*para os servidores pela Lei 10.483/02, que trata sobre a estruturação da carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da administração pública federal, a qual a credora Rosângela Borges Giublin aderiu.*

*No que se refere à rubrica ora em debate, ressalta-se que sua conversão para VPNI se deu através da Lei nº 8.112/90, em seu art. 62-A, de modo que merece, destarte, correção pelo percentual de 3,17%, consoante postulado pela exequente, porque sofreria reflexos do vencimento básico, contudo podendo ocorrer a sua extinção, conforme dispõe o art. 10 da MP nº 2225-45:*

*(...)*

*Outrossim, com a reestruturação da carreira, cumpre verificar se houve, de fato, a integralização do percentual, de modo a ensejar a extinção da rubrica, desconstituindo o embasamento para a continuidade do recebimento da VPNI em questão.*

*Especificamente quanto credora em comento, nota-se do exame de suas fichas-financeiras que a reestruturação constituiu não apenas alteração da situação funcional, mas também dos vencimentos, já que mesmo não tendo sido tão visível a alteração de remuneração quando da implantação da primeira parcela, ocorrida em out/2002, com efeito retroativo a abr/2002, revelou-se inconteste a recomposição na subsequente implantação da nova ordem remuneratória para a novel carreira.*

*Como visto, a remuneração total da credora Rosângela Borges Giublin ano de 2001 (excetuados os meses de percepção de gratificação natalina e adicional de férias), não ultrapassava o montante de R\$ 2.740,18, somadas as rubricas que a compunham.*

*Como de sabença, no início de 2002 houve a aplicação do percentual de 3,5% a título de reajuste geral, havendo a recomposição, ademais, das perdas pertinentes à URV, ressaltadas hipóteses (como a presente) em que sustentam os servidores a pendência de integralização em rubricas específicas.*

*Sequencialmente, houve a reestruturação da carreira integrada pela exequente, por intermédio da Lei nº 10.483/02, com implantação da nova estrutura funcional e remuneratória no mês de outubro de 2.002, com efeitos retroativos para abril de 2.002, prevendo-se a implementação da reestruturação financeira dos servidores da novel carreira em 02 (duas) etapas.*

*Na primeira etapa os valores de remuneração estavam previstos no Anexo II da Lei nº 10.483/02, com vigência até 30/06/2003. Na segunda etapa os novos valores, pagos a partir de 01/07/2003, estavam previstos no Anexo III da*

*Lei nº 10.483/02.*

*Pois bem.*

*Analizando os contracheques da referida exequente, às fls. 249/285 da execução em apenso, admite-se que sem auxílio técnico não pode este juízo em simples exame dos documentos reportados afirmar que já na primeira etapa da reestruturação houve a recomposição do percentual de 3,17%, inclusive sobre as rubricas 702/723/852/901/82106, bem assim se o montante destas rubricas foi suplantado pela novel realidade trazida para a carreira.*

*Por outro lado, inegável que a partir de julho de 2003 houve substancial ganho com a aplicação da Tabela do Anexo III da Lei nº 10.483/2002, com irrestrita integralização, inferindo-se, inclusive, a pertinência na oportunidade de extinção de referida vantagem, já que a remuneração da servidora passou a girar em torno de R\$ 3.116,51 (observadas as oscilações referentes aos meses em que realizados os pagamentos do adicional de férias e gratificação natalina).*

*Esclareça-se, quando se está diante de reestruturação de carreira e tratando de VPNI, que o procedimento que se deve observar no caso é a aplicação do percentual definido no título transitado em julgado (3,17% nos termos da sentença exequenda), contudo apenas até a efetiva implantação da reestruturação da carreira da qual é integrante a parte.*

*Na sequência, deve-se verificar se o aumento remuneratório advindo da reestruturação ensejou redução remuneratória, que ensejará a conversão da diferença em VPNI. E cada implantação de parcela da reestruturação assim se atua, até que não mais existam diferenças a serem convertidas em VPNI's.*

*Destarte, é possível afirmar que a diferença postulada restou suplantada em razão dos ganhos advindos pela reestruturação.*

*Ressalte-se que a limitação temporal do julgado até a data da implantação da reestruturação da carreira dos servidores públicos encontra respaldo na jurisprudência, a exemplo do decidido pelo STF na ADIN 1.797:*

*(...)*

*Os fundamentos da sentença estão perfeitamente afeiçãoados ao entendimento majoritário desta Turma, conforme se vê dos julgados abaixo:*

*(...)*

*No ponto, é de ser mantida a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.*

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Com efeito, haverá contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a omissão disser respeito à fundamentação exposta, e não quando os argumentos invocados não restarem estampados no julgado, como pretende a parte Recorrente.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a dispensa ao julgador de rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes (v.g. Corte Especial, EDcl nos EDcl nos EREsp 1.284.814/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 03.06.2014; 1ª Turma, EDcl nos EDcl no AREsp 615.690/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.02.2015; e 2ª Turma, EDcl no REsp 1.365.736/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 21.11.2014).

E depreende-se da leitura do acórdão recorrido que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

Ademais, constatada a discordância da parte recorrente apenas com o deslinde da controvérsia, não restou demonstrada efetiva contradição a ensejar a integração do acórdão impugnado, porquanto a fundamentação adotada pela Corte de origem é clara e suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

De outra parte, o Supremo Tribunal Federal firmou orientação, sob o regime da repercussão geral, segundo a qual há distinção entre a execução individual de sentença coletiva proposta por sindicato daquela proposta por associação, no que se refere à legitimidade e autorização dos sindicalizados ou associados, consoante ementas que transcrevo:

**REPRESENTAÇÃO – ASSOCIADOS – ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE.** O disposto no artigo 5º, inciso XXI, da Carta da República encerra representação específica, não alcançando previsão genérica do estatuto da associação a revelar a defesa dos interesses dos associados. **TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – ASSOCIAÇÃO – BENEFICIÁRIOS.** As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial.

(RE 573.232, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Relator p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14/05/2014, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-182 DIVULG 18-09-2014 PUBLIC 19-09-2014 EMENT VOL-02743-01 PP-00001)

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ART. 8º, III, DA LEI MAIOR. SINDICATO. LEGITIMIDADE. SUBSTITUTO PROCESSUAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.** I – Repercussão geral reconhecida e reafirmada a

*jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da ampla legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.*

(RE 883.642 RG, Relator: Min. MINISTRO PRESIDENTE, julgado em 18/06/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-124 DIVULG 25-06-2015 PUBLIC 26-06-2015).

Desse modo delineada a substituição processual pelos sindicatos e a representação processual pelas associações, não se faz necessária a juntada da listagem dos substituídos para o ajuizamento de demanda coletiva proposta por sindicato, providência exigível em se tratando de ação ajuizada por associação, exceto se se tratar de mandado de segurança coletivo.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. OFENSA AO ART. 535. INOCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE DA EXIGÊNCIA DE INSTRUÇÃO DA INICIAL COM A RELAÇÃO NOMINAL DOS ASSOCIADOS DA IMPETRANTE E DE SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS (LEI 9.494/97, ART. 2º-A). ORIENTAÇÃO PACIFICADA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. INÉPCIA DA INICIAL. INDICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. DESNECESSIDADE.**

1. Não viola o artigo 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. No mandado de segurança coletivo, a legitimação ativa das associações, em razão do regime de substituição processual autônoma, dispensa a autorização expressa ou a relação nominal dos associados substituídos. Aplicação da Súmula 629/STF.

3. É inviável a reapreciação, na via do recurso especial, de matéria decidida pelo Tribunal de origem com base em fundamentos de natureza constitucional.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido.

(REsp 693.423/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 15/09/2005, DJ 26/09/2005, p. 229).

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 458, II, E 475-B, §§ 3º E 4º, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO DE CLASSE. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA INDIVIDUAL OU ASSEMBLEIA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE.**

1. Os arts. 458, II, e 475-B, §§ 3º e 4º, do CPC, não foram objeto de debate pelo Tribunal a quo, não preenchendo o requisito do prequestionamento viabilizador da instância especial. Incide, na hipótese, o teor da Súmula 282/STF.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orientava-se no sentido de que as associações de classe e os sindicatos possuem legitimidade ativa ad causam para atuar como substitutos processuais em Ações Coletivas, nas fases de conhecimento, na liquidação e na execução, independentemente de autorização expressa dos substituídos e de juntada da relação nominal dos filiados.

3. O STF, reconhecendo a repercussão geral da matéria, apreciou e julgou o RE 573232/SC, de relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, relator para Acórdão Min. Marco Aurélio, pacificando-se no sentido de que "As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial".

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.637.826/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2 DO STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO. ASSOCIAÇÃO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS MEMBROS BENEFICIADOS PELO TÍTULO JUDICIAL. RE N. 573.232 RG/SC. PRAZO PARA SANEAMENTO DE VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO DAS PARTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADOS.**

1. Conforme a jurisprudência do STF, determinada no julgamento do RE n. 573.232 RG/SC, nas execuções individuais de sentença devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído. Somente os beneficiados pela sentença, efetivamente representados pela associação de classe, mediante da comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial.

2. A jurisprudência do STF, e também a do STJ, destaca que a associação não precisa de autorização especial dos substituídos para propor mandado de segurança coletivo, ainda que a pretensão ajuizada se refira a parte de seus membros.

3. No caso dos autos, o Tribunal de origem declarou que as associações podem atuar em juízo quando expressamente autorizadas por seus membros nos termos do art. 5º, XXI, da CF/1988. Ou seja, essa premissa jurídica não segue a orientação jurisprudencial do STF porque o caso dos autos decorre de mandado de segurança coletivo, instrumento processual que dispensa a autorização expressa de cada um de seus membros para litigar.

4. Porém, de forma contrária aos interesses da União, o Tribunal de origem concedeu prazo para regularização na representação das partes. Não há notícia de recurso da associação contra a disposição que determina o saneamento de "representação".

5. Por isso, a manutenção do prazo concedido pelo acórdão a quo para apresentação da lista dos membros que concedem autorização de representação à associação (e que foram beneficiados pelo título judicial transitado em julgado) é imperiosa.

6. Ante o exposto, embargos de declaração prejudicados.

(EDcl no AgRg no AREsp 109.172/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 14/09/2016)

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROMOTOR DE JUSTIÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO DE CLASSE. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO PRETÓRIO EXCELSO NO RE 573.232 RG/SC, REL. MIN. MARCO AURÉLIO. JUÍZO DE RETRAÇÃO. ART. 543-B, § 3º, DO CPC/1973. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR.**

1. O Pretório Excelso no julgamento do RE 573.232 RG/SC, rel. Min. Marco Aurélio, sob a sistemática do art. 543-B do CPC, firmou entendimento no sentido de que as balizas subjetivas do título executivo judicial são definidas pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial.

2. Desse modo, nas execuções individuais de sentença coletiva devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído, ou seja, somente os beneficiados pela sentença de procedência, efetivamente representados pela associação de classe, mediante da comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial constituído na demanda coletiva.

3. In casu, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo manejado pelo embargado, mantendo a sentença singular, ao entendimento de que "os limites da execução se fixam pelo decidido no processo de conhecimento e, se é certo que, neste, a ação proposta pela Associação Goiana do Ministério Público o foi apenas em favor dos associados nominados em relação constante nos autos, que expressamente a autorizaram à propositura da demanda, não se pode pretender tenha legitimidade ativa para o processo executório associado estranho a essa relação que, exatamente por tal circunstância, não fora representado na lide pela entidade associativa. É de se pretender ampliar, na execução, o alcance da coisa julgada, que aproveita os partícipes da relação processual, no caso em exame, repita-se, os associados nominados pelo ente associativo, por ele representados na defesa do direito objeto da causa".

4. Logo, tendo o acórdão recorrido assentado a inexistência de autorização expressa do embargado e que ele não estaria relacionado nominalmente entre aqueles beneficiários da ação coletiva, impõe-se o exercício do juízo de retratação, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC/1973, a fim de alinhar o entendimento do STJ àquele firmado pelo Pretório Excelso no RE 573.232 RG/SC, rel. Min. Marco Aurélio, reconhecendo a ilegitimidade ativa ad causam do embargado para a propositura da presente execução individual de sentença coletiva proposta pela AGMP. Precedentes.



5. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para negar provimento ao recurso especial, restabelecendo os termos do acórdão regional.

(EDcl no REsp 1.186.714/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016)

**RECURSO ESPECIAL. DISCUSSÃO SOBRE A VALIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE PARCELAS DO MÚTUO BANCÁRIO EM FOLHA DE PAGAMENTO OU MEDIANTE DÉBITO EM CONTA-CORRENTE. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AFASTAMENTO. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR ASSOCIAÇÃO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF SOB O REGIME DO ART. 543-B DO CPC/1973. REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM EXAME DE MÉRITO.**

1. Afasta-se a alegação de ofensa ao art. 535, II, do CPC quando o Tribunal de origem se manifesta sobre todas as questões suscitadas e necessárias ao deslinde da controvérsia.

2. O STF, no julgamento do RE n. 573.232/SC, em regime de repercussão geral, firmou o entendimento de que a atuação das associações na defesa dos interesses de seus membros dá-se por representação, e não por substituição processual, salvo nos casos de mandado de segurança coletivo. Assim, mostra-se imperiosa a existência de autorização expressa, individual ou por deliberação assemblear.

3. De acordo com o novel entendimento firmado pelo STF, ausente a necessária autorização expressa, carece de legitimidade ativa a associação autora.

4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1.362.224/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 10/06/2016).

Assim, tratando-se de ação ordinária ajuizada por sindicato, o fato de não constar o nome de alguns servidores na lista juntada não pode ser tido como uma limitação subjetiva do título, devendo este contemplar toda a categoria representada pelo ente sindical.

Posto isso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para reconhecer a legitimidade ativa das exequentes Maria Helena Alves de Maia Maier e Margareth Volaco Ferrão.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora